



Identidade Nacional e os Costumes Populares Paulista no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: João Vampré e Affonso de Freitas¹

Gerson Ribeiro Coopes Jr.²

Resumo: No fim do século XIX mudanças políticas e sociais, como a proclamação da República e a abolição da escravidão, levaram a uma reavaliação dos padrões que definiam a nação brasileira: quais parâmetros que a definem? Qual a especificidade de sua população? A comunidade intelectual neste aspecto se colocou a buscar novos modelos e novos projetos que respondessem a estas perguntas. Neste artigo, propomos discutir a produção histórica acerca dos costumes populares a partir dos trabalhos de dois intelectuais, João Vampré e Affonso de Freitas, sendo pautado por algumas perguntas: Como os temas voltados para as manifestações populares são compostos? Quais relações estas definições estabelecem com o pensamento do período? Como a identidade local e nacional são definidas a partir destas manifestações? Verificamos nestes trabalhos que o popular foi constituído como uma categoria capaz de explicar e dar sentido a nacionalidade, explicando a formação de seu povo a partir de um viés tradicional e, de fato, nacional. Além disso, também fica nítido que a definição de uma tradição popular especificamente paulista, associada à história de São Paulo, ocorreu para atender aos novos objetivos de uma identidade local.

Palavras-Chave: Instituto Histórico. Intelectuais Paulistas. História da Historiografia

National Identity and the Paulista Popular Customs in the Historical and Geographical Institute of São Paulo: João Vampré e Affonso de Freitas

Abstract: In the late nineteenth century, political and social changes, such as the proclamation of the Republic and the abolition of slavery, led to a reassessment of the standards that defined the Brazilian nation: which parameters define it? What is the specificity of its population? The intellectual community in this aspect set itself to seek new models and new projects to answer these questions. In this article, we propose to discuss the historical production about the popular customs based on the works of two intellectuals, João Vampré and Affonso de Freitas, guided by some questions: How the themes related to popular manifestations are composed? What relations do these definitions establish with the discussions of the period? How local and national identities are defined from these manifestations? We ascertain in these works that the popular was constituted as a category capable of explaining and giving meaning to nationality, explaining the formation of its people from a traditional bias and, in fact, national. In addition, it is also clear that the definition of a popular tradition specifically paulista, associated with the history of São Paulo state, occurred to meet the new objectives of a local identity.

Keywords: Historical Institute. São Paulo Intellectuals. History of Historiography

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Definir os Limites com História, Preencher com História os Limites: Um Estudo da Construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)”, desenvolvida entre 2014 e 2016 no Programa de Pós-graduação em História da UNESP/Assis.

² Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho sob a orientação da Profa. Dra. Karina Anhezini. Integrante do Projeto Temático “Escritos sobre Novos Mundos: Uma História da Construção de Valores Morais em Língua Portuguesa” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Repensar a Nação, Reescrever a História de São Paulo

No final do século XIX, diferentes fatores levaram a uma retomada da questão nacional. A proclamação da República, a abolição da escravidão, dentre outros acontecimentos, ocasionaram uma reavaliação dos discursos que delimitavam a nação. Segundo Márcia Naxara, pensar a nação e sua identidade expunha a necessidade de construir e visualizar a sua ausência frente a novos padrões que eram colocados (NAXARA, 1998, p. 37-44 e p. 75-78). Enfrentava-se a contradição entre um ideal de modernidade e a realidade do país, vista como atrasada, e, portanto, incompatível com tal objetivo. A autora destaca também os diversos debates em torno da formação do povo brasileiro, ou seja, a ausência da nação era ao mesmo tempo a ausência do tipo nacional.

A descentralização política acarretada pela Proclamação da República motivaria também a produção de falas locais que valorizavam o papel das províncias³. Tal característica esteve presente no círculo intelectual paulista: se buscava defender uma especificidade frente a nação e até a sobrepor a história nacional por uma versão local. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1894 criou um local para produção, discussão e divulgação deste projeto, função exposta na frase que abriria o primeiro volume da Revista do IHGSP, “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil” (AO LEITOR, 1895) indicando o caminho buscado por seus sócios nos anos subsequentes. Caberia aos letrados do Instituto inventar histórica e geograficamente esta associação entre o nacional e o regional selecionando novos fatos, personagens, cronologias, recortes espaciais para a escrita da história de São Paulo. Por fim, a escolha da expansão e povoamento da colônia e o bandeirante paulista como objetos históricos serviram como justificativa do papel histórico e o predomínio do estado de São Paulo no cenário político e econômico da Primeira República (ABUD, 1985).

No entanto, se uma bibliografia estudou em profundidade a questão nacional neste período e a produção deste discurso bandeirante e sua relação com a constituição da identidade paulista, quais outros temas fizeram parte desta composição? Neste artigo, propomos discutir a produção histórica acerca dos costumes populares a partir dos trabalhos de dois sócios do IHGSP, João

³ Podemos verificar tal aspecto ao analisarmos a produção sobre diferentes Institutos Históricos regionais, e importante pontuar, se formam principalmente após a Proclamação expondo a necessidade de lugares institucionais que fossem capazes de produzir estes discursos regionais.



Vampré⁴ e Affonso de Freitas⁵, entre os anos de 1901 e 1923, analisando suas principais obras neste período. Dentre algumas questões que encaminham o texto, perguntamos: Como os temas voltados para as manifestações populares são organizados? Quais relações estas definições estabelecem com o pensamento do período? Como a identidade local e a nacional são definidas a partir dessas manifestações?

(In)Definições: Tradições, Manifestações, Costumes Populares no IHGSP

Em 1901, João Vampré publicava na Revista do IHGSP o trabalho *Festas Tradicionaes*. Sendo um dos primeiros estudos que buscaram analisar as lendas, festas, manifestações ou costumes populares no Instituto Histórico⁶, o texto trazia um esforço de definição:

Algo tem sempre de proveitosas e interessantes excursões pelos serenos e encantados domínios dos costumes e lendas populares, resistentes relíquias de épocas amalgamadas por processos sociais e étnicos que se transformaram, no embate e no transcorrer das civilizações. Surpreender o povo precisamente naquilo que ele tem de mais vasto, de mais alevantado, de mais original – as festas tradicionais, é, sem contestação, de grande e elevado interesse moral e estético (VAMPRE, 1900-1901, p. 84).

Para Vampré, os costumes populares eram aquilo que um povo teria de mais elevado, mais original. Eram relíquias do passado modificadas e combinadas por processos sociais e étnicos. O interesse nestas manifestações recaía sobre sua dimensão moral e estética, outras palavras para designar o real e ideal, cuja relação seria responsável pela concepção artística da humanidade. Se a tradição teria como objeto o belo, o ideal, a dimensão estética, ela buscaria adapta-los aos modos da vida social, o real, a dimensão moral. Por estas colocações, se buscava criar uma justificativa no uso das tradições populares como um meio de explicação da formação de certo povo. Tal sentido aludia ao pensamento de Silvio Romero⁷, cujo trabalho era citado por Vampré:

Não sei como não possam ter *interesse estético* inspirações do povo que vão servir para realçar as produções de um Goethe, de um Heine, de um Weber; não sei como se possa negar *interesse psicológico nacional* as criações espontâneas do gênio popular, [...]; não sei como não mostram *interesse histórico* esses documentos das raças quando não tinham elas ainda saído daquele sincronismo primitivo, em que a religião, a moral, o direito e a poesia repousavam juntos num todo imenso e indistinto, ou mesmo em épocas recentes e nos dias

⁴ João Vampré nasceu em Estância, Sergipe, em 1868. Atuou como funcionário público em São Paulo e foi sócio fundador da Academia Paulista de Letras.

⁵ Affonso Antônio de Freitas nasceu em São Paulo, São Paulo, em 1868. Atuou como jornalista, funcionário público e foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

⁶ Tanto Vampré quanto Affonso de Freitas utilizam vários termos para se referir as manifestações de cunho popular. Priorizamos no texto o uso dos termos manifestações ou costumes populares, como uma forma de indicar um sentido de expressão e/ou prática.

⁷ Algumas obras trataram a vida e obra de Silvio Romero (MOTA, 2000; NAXARA, 1998; ORTIZ, 1992; VENTURA, 1991; WEHLING, 1979).



de hoje, quando as populações incultas repetem as lendas e as canções que uma longa tradição lhes deixou! (ROMERO apud VAMPRÉ, 1900-1901, p. 88, grifos do autor).

Romero contestava a posição relegada aos testemunhos orais e criticava a falta de interesse sobre as manifestações populares tendo em vista que inspiraram grandes intelectuais como Goethe. O “sincronismo primitivo” apontado por Romero poderia indicar ainda esta mistura entre real e ideal apontado por Vampré (de um lado a religião, a moral, e o direito representando o real e a poesia o ideal). Porém, se tais costumes estavam ligados ao passado, ele tinha seu reflexo no presente, na repetição dessas tradições pelo povo. Mesmo utilizando nomes diferentes, os sentidos e conclusões se assemelham, tais manifestações teriam algo a acrescentar no debate sobre a nação e a formação destas populações: “o canto dos povos é um estímulo de força, um imenso aspirar a duração como se um instinto secreto lhes revelasse toda a nacionalidade” (VAMPRÉ, 1900-1901, p. 89). Da mesma forma, o desinteresse sobre tais manifestações significaria uma condição de “selvática rudeza”, uma degradação intelectual, ou o atraso do indivíduo (VAMPRÉ, 1900-1901, p. 89) ou ainda, do próprio país.

Vampré prosseguiria esta delimitação conceitual no trabalho *Factos e Festas na Tradição – O S. João e a Procissão de Corpus Christi em S. Paulo*, publicado em 1908. Ao refletir como os costumes portugueses, sofrendo “modificações mesológicas, sociológicas e físicas”, causadas pelo ambiente colonial, alteraram o povo paulista e sulista, afirmava:

Logo de princípio, a vida arriscada e nômade do bandeirante, a natureza misteriosa e opulente, a sua alimentação amilácea e pouco nutritiva, o convívio permanente com estrangeiros indiferentes às suas emoções, não lhes permitiam arroubos de sentimento que lhe avivasse a inspiração, a depurar-se no crisol do mais puro idealismo. Juntem-se mais a inconstância irritante do clima, sob céu quase sempre chumbado, garoante e frio, os rigores inteiriçantes dos agrestes invernos, os vilânicos peninsulares dos emboabas, as monodias em híbridos e ininteligíveis dialetos dos índios e dos etíopes, o influxo de uma religião triste e sombria, tendo sempre diante dos olhos o fantasma apavorado dos pecados [...] concorreu para que o paulista se conservasse apático, merencório e taciturno. [...] A dualidade mesológica do Brasil concorre poderosa e decisivamente para a disparidade não só das manifestações espirituais, como do caráter brasileiro meridional e setentrional. Sendo embora as mesmas raças que se cruzaram, nos tempos coloniais, não há como inferir que essa diversidade se ligará a uma ação à étnica, desde quando as modificações impressas pelo clima sobre o caráter divergem tanto mais, quanto as relações físicas não se mantem idêntica (VAMPRÉ, 1908, p. 289).

Delineavam-se duas regiões e caracterizavam as “raças” que ocuparam esses espaços. No caso de São Paulo, as características da vida do bandeirante, o explorador da mata; de sua alimentação, amilácea, refletindo a relação com o indígena; do clima, úmido, frio; se juntavam para determinar uma particularidade centrada na apatia e discrição, sendo responsáveis por conservar o



caráter de seus habitantes. Assim, se o Norte era associado a uma “orientação acentuadamente histórica, erudita, sentimental e patrióticas”, São Paulo, pelas características do ambiente legados a sua população, tendia a ter o pensamento mais filosófico, industrial e político (VAMPRE, 1908, p. 290). Ao afirmar que as características que explicariam as diferenças entre os grupos étnicos brasileiros seriam os diferentes meios e climas, Vampré reforçava uma visão determinista, principalmente ao indicar como tais mudanças também estariam presentes na composição física dessas populações.

Os trabalhos de Vampré inseriam assim os costumes populares na lógica do discurso bandeirante, pois a particularidade da tradição paulista estaria associada às características que tornaram possível a formação de tal tipo étnico. Remontar a origem destes costumes ao período colonial indicava a necessidade de ligação com o momento no qual tal tipo étnico é gestado. A São Paulo de meados do século XIX resguardava a época de “grandeza moral e de lances de heroísmos” do bandeirantismo. Porém, como esses festejos surgiriam nesta população apática e reservada? A influência portuguesa, o “gênio peninsular”, levou à formação de um “lirismo saudoso” associado à natureza paulista “cheia de encanto e mistério”. Pelas características associadas a São Paulo, as festas teriam um caráter íntimo e popular, acontecendo nos limites da cidade, nas chácaras nos arredores da capital, onde se realizavam bailes, ceias, rezas e procissões.

Este trabalho também apresentava um desenvolvimento no pensamento de Vampré. Estavam presentes ali a tensão em definir uma especificidade dos costumes populares paulista, mas ao mesmo tempo a preocupação com a questão nacional, sendo que, em parte, o problema da particularidade do paulista e do nacional permanecia: “festas, tradições populares, costumes nacionais, não sabemos se os há verdadeiramente típicos, característicos e originais de um povo, neste país imenso, mal povoado por várias raças”, no entanto, não havia dúvida que o meio e o clima tiveram papel na adaptação e modificação dos costumes legados por outros povos, como o português, refletindo uma ligação direta com o pensamento determinista do período, ou ainda sua ligação direta com o pensamento de Silvio Romero.

Se os trabalhos de Vampré iniciaram tal discussão na RIHGSP, somente uma década depois, em 1921, ela seria retomada com o trabalho *Folganças Populares do Velha São Paulo* de Affonso de Freitas. Apresentando a São Paulo do século XVI como um espaço no qual a civilização e o progresso ainda começavam, a presença de indígenas que não estavam totalmente integrados a



sociedade tornava necessário uma “indômita coragem” e uma “rijeza de ânimo” de seus habitantes para não sucumbir às condições deste lugar. Nesse aspecto, Freitas apontava como a religião católica teve importante papel em aparar as arestas dos primeiros paulistas. Se a rudeza era necessária para sobreviver ao sertão nos primeiros momentos de povoamento, ela era nociva aos “centros civilizados” (FREITAS, 1916-1921, p. 7). A adesão da população aos cultos religiosos era feita à força, com auxílio da lei se necessário, e as manifestações populares, inicialmente, precisavam do consentimento do poder público (FREITAS, 1916-1921, p. 7-11).

Se no período colonial a igreja participaria deste processo, ao fazer um salto para o século XIX, Freitas mostrava, em contraposição, a formação do carnaval moderno. Surgido no interior das sociedades familiares, “acanhado e pudibundo como deveria ter sido um colegial”, em poucos anos ganharam os *clubs*: “Já em 1886, numa transmutação verdadeiramente cinematográfica, o carnaval paulista havia perdido o recato e a compostura: seus bailes modificaram-se em verdadeiros pandemônios” (FREITAS, 1916-1921, p. 11).

Se a locomotiva seria associada posteriormente ao progresso de São Paulo, aqui Freitas a utiliza como comparação para uma música “diabólica” tocada para marcar o fim dos bailes “o grande e demoníaco – Galope característico – que imitara o correr da locomotiva⁸” e “que fará crer o fim do mundo e o juízo final”. Freitas associava o carnaval moderno à degeneração e indicava a sensação de perda deste “acanhamento” frente às mudanças vividas pela capital. O adjetivo “cinematográfico” reforçava a percepção das mudanças que ocorriam na capital paulista. Em oposição à cidade, associada ao carnaval, nos arredores da capital os festejos corriam “mais calmos, menos afogueados”:

A caboclada miúda queimava traques em redor do fogo e a graúda iniciava o cateretê. Indefectivelmente regado a quentão, mais ou menos no momento em que, na cidade, outros descendentes de coparticipantes dos bandos e alardes coloniais deleitavam-se na ginástica estonteante das gaivotas do solo inglês e da valsa francesa (FREITAS, 1916-1921, p. 16).

Nos arredores da capital a fogueira, o cateretê, típicos de São Paulo, se opunham ao solo inglês, à valsa francesa, danças estrangeiras presentes na capital. A conclusão de Freitas é que a população dos arredores da capital seria a herdeira desta tradição paulista, pois “é ela quem, recebendo a civilização estranha em dosagem racional, se vai avantajando em progresso sem perda das características peculiares aos nossos avós” (FREITAS, 1916-1921, p. 16).

⁸ O “Galope característico” é a composição Galope Infernal de Offenbach.



Essa ligação entre tradição e popular já havia sido apontada por Vampré: aquilo considerado novo, segundo este, não conseguiria ocupar espaço no coração onde já estavam a saudade das coisas que foram, mas o antigo não conseguiria se reconstituir em meio a “infernai invasão” de costumes e coisas novas, “o novo substitui e mata o antigo” (VAMPRÉ, 1908, p. 297). Em Freitas, os costumes populares também eram associados ao passado, como momento no qual tais manifestações seriam formadas, em oposição ao tempo presente marcado pelo progresso material que corroía as condições necessárias para o desenrolar destas manifestações.

As populações dos arredores da capital ganham um maior delineamento na figura do caipira. Nas rodas de cateretê tal população desvelava sua ligação com os “velhos hábitos”:

Do coqueiro nasce o palmito
Do palmito nasce a palma
Eu quero que mecê me diga
Quem entrô no céu sem alma?
A que um dos figurantes retruca
Do coqueiro nasce a palma
Da palma nasce o palmito
Quem *entrô* no céu sem alma
Foi a cruz de Jesus Cristo
Honte eu fui *no céu*
Hoje mesmo vim de lá,
Vi alma de preto e de branco
De caboclo não vi lá
Caboclo não vae *no céu*
Nem que seja *resadô*
Caboclo tem cabelo duro
Cutuca Nosso Senhô (FREITAS, 1916-1921, p. 24-25).

O cateretê, a influência no idioma (os vícios de linguagem) e suas qualidades físicas expunham a herança indígena e sua permanência mostrava a resistência às investidas da Metrópole durante a época colonial, que buscaram proibi-las, conseguindo perdurar no tempo numa lenta assimilação à “civilização” paulista (FREITAS, 1916-1921, p. 21). Ao afirmar que o cruzamento com o indígena legou um sossego no paulista, Freitas aludia a uma tendência dos estudos da época de representar o tipo nacional como indolente e preguiçoso (NAXARA, 1998, p. 49 e 63). No entanto, Freitas superava isso. Em 1920, o caipira, para além de suas características físicas, se tornava depositário das manifestações populares típicas de São Paulo, resultado dos hábitos e costumes dos indígenas amalgamados à cultura portuguesa⁹.

⁹ Alguns trabalhos trataram desta visão negativa construída sobre o caipira e a modificação desta no começo do século XX através dos estudos de letrados como Oliveira Lima e Cornélio Pires, ou ainda o pioneiro trabalho de Antônio



Os trabalhos de Freitas também constituíram uma dualidade espacial entre capital e interior, espacialidade indicada na temporalidade entre uma velha e uma nova São Paulo. Ao defender que a velha São Paulo, associado ao interior, era a depositária dos costumes populares paulista, Freitas não negava a assimilação daquela pela nova São Paulo, associada a capital e representando o avanço da civilização, porém apresentava ressalvas a este processo. Tais aspectos seriam ampliados no trabalho *Folia do Espírito Santo*, publicado em 1923. Reforçando a pretensa incompatibilidade entre os costumes populares e a moderna metrópole, Freitas (1923) afirmava:

Mas o progresso, firmado no moderno sistema utilitarista da luta pela vida, atulhando a formosa “urbe” paulistana de uma multidão que se acotovela e se comprime numa azafama quase feroz, atravancando-a de veículos que rolam em contínuo e vertiginoso vai e vem, que se atropelam e se chocam, não raro espatifando coisas e esmagando pessoas por amor a velocidade, transformaram os hábitos do povo paulistano, tornando impraticáveis na moderna capital os velhos costumes tradicionais (FREITAS, 1923, p. 117).

O crescimento da capital era vislumbrado ao indicar a multidão que se amontoava neste espaço e, também, a alusão ao automóvel e a velocidade, uma relação destruidora, indicando a experiência vertiginosa criada por este espaço. Para Nicolau Sevcenko (1992, p. 224-225), a emergência das metrópoles carrega consigo uma capacidade de desorientação, fragmentando o tempo e o espaço, criando um mundo instável e sem bases sólidas. Se Freitas aponta para a incompatibilidade entre a velocidade moderna e a contemplação tradicional, ele também afirmava como a metrópole trocava uma “felicidade sadia” pelo “inferno” da “felicidade brilhante”, e o avanço da civilização levava a perda de certas qualidades legadas pela população tradicional paulista.

A folia do Espírito Santo, segundo Freitas, foi a primeira manifestação popular a sofrer com as mudanças que ocorreram na cidade de São Paulo. No entanto, no interior ela ainda lutava contra seu fim, inevitável frente ao avanço da civilização:

A alva pomba do espírito santo voou, fugiu, no versejamento ingênuo do caipira, das nossas práticas populares de religião, nos centros bafejados pela civilização moderna, indo aninhar-se nos mais longínquos lugarejos do *sertão*, ainda não afligidos pelo progresso revolucionário (FREITAS, 1925, p. 128, grifo do autor).

O sertão era exposto como direção da fuga destas práticas. Se em São Paulo a prosa cantava o voo da alva pomba, “O Espírito Santo/ Vuô!... Vuô!...”, na prosa de São Bernardo e Itapecerica da Serra a pomba ainda era invocada a retornar, “Vinde Divino Espírito, vinde pomba

Candido nas comunidades rurais de São Paulo (BRANDÃO, 1983; CANDIDO, 2010; NAXARA, 1998; RODRIGUES, 2015; SILVA, 2008).



imaculada”. O sertão aqui é tido como este outro geográfico¹⁰, um local ainda afastado do progresso e da civilização destruidora de tais costumes. A associação destas manifestações populares com o afastamento do espaço da capital, seja o interior do estado ou os arredores da capital¹¹, retomava a dualidade temporal/espacial presente nos trabalhos de Freitas. Ao mesmo tempo em que temos este deslocamento no espaço em direção aos arredores da capital, ao interior, ao sertão, este afastamento se dá como fuga da modernidade instalada na capital, mesmo que a assimilação a esta fosse inevitável. As espacialidades constituídas por Freitas, velha/nova São Paulo, capital/interior, poderiam indicar como o entendimento dos costumes populares deveria passar tanto pela história, quanto pela geografia.

Conclusão

Os trabalhos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por João Vampré e Affonso de Freitas seguem uma orientação semelhante, podendo mostrar o desenvolvimento da discussão sobre a identidade nacional a partir dos costumes populares entre o fim do século XIX e início do século XX. O trabalho de João Vampré foi o primeiro estudo que problematizou tal discussão na RIHGSP. Uma primeira definição dos costumes populares seriam as tradições mais originais de um povo, envolvendo canções, festas, danças. Porém, era necessário também delimitar sua função.

A partir da construção da dicotomia moral/estética, real/ideal, se indicava a capacidade da dimensão estética em explicar a realidade, logo, os costumes populares. Ao defender tal ponto o estudo destas manifestações se tornava capaz de elucidar a formação da nação brasileira e de seu povo, pensamento também presente na obra de Silvio Romero citada por Vampré. Assim, após definir e delimitar tal conceito se questionava o que determinaria a formação dos costumes nacionais. O meio e o clima emergiram como explicação das origens e diferenças internas ao Brasil. Se definia dois Brasis, um ao Norte, tradicional, e um ao Sul, moderno, formando diferentes tipos étnicos e diferentes manifestações populares.

¹⁰ O sertão durante o período colonial era associado a imagem de deserto, longínquo, pouco habitado, bárbaro, oposto ao litoral, espaço da civilização portuguesa que deveria conquistar esse espaço. Cf. AMADO, 1995 e LIMA, 1999.

¹¹ Essa ligação entre cultura popular e interior foi expressa por Renato Ortiz quando aponta, em diferentes níveis, como o popular serviu para expor uma diferenciação numa relação centro/periferia, seja dos países ditos civilizados, seja das capitais, afirmando que o “estudo da cultura popular seria uma espécie de consciência regional que se contrapõe a produção cultural dominante da qual são excluídos”. Tal aspecto poderia ser reforçado ao pensarmos na produção histórica do IHGSP, vista como uma forma de contestar e sobrepor a história nacional por uma versão paulista. Cf. ORTIZ, 1992.



Affonso de Freitas retomava pontos semelhantes aos de Vampré, direcionando seus trabalhos para a busca de uma especificidade dos costumes populares paulista. Apresentando as mudanças vivenciadas pela capital paulista, Freitas constrói uma dualidade entre uma velha São Paulo e uma nova São Paulo para expor o sentimento de perda frente a mudanças no espaço da capital no fim do século XIX que deteriorava os costumes desta São Paulo “velha”. Nessa constatação surgem duas imagens. Primeiro, o caipira emerge como tipo étnico depositário da tradição paulista. Sendo a mistura entre indígena e europeu, ele guardaria os hábitos dos velhos paulistas, os bandeirantes. Segundo, não havendo lugar para tais tradições na metrópole cosmopolita, as manifestações populares se direcionavam ao interior.

Esses dois aspectos criavam um afastamento temporal e espacial da modernidade representada pela capital paulista. Buscava-se uma “velha” São Paulo resguardada em seus sertões e em sua população, entendida como tradicional. No entanto, tais aspectos não eram incompatíveis com a modernidade. Tais populações, pelas suas características, receberiam o progresso de forma gradual e sem seus vícios.

Os trabalhos de Vampré e Freitas também criavam uma tensão entre as categorias temporais. A associação dos costumes populares ao passado, a tradição, como momento no qual eles seriam formados, se opunham ao tempo presente marcado pelo avanço da civilização e do progresso que destruía tais costumes. No entanto, apesar das críticas e ressalvas dos dois autores acerca desse processo, ambos indicavam a sua inevitabilidade, sendo tal argumento mais forte em Freitas, indicando como a população caipira, afastada espacial e temporalmente dessas transformações, seria assimilada pelo progresso aos poucos, evitando a perda destas tradições.

Tais afirmações se aproximariam da constatação de Valdeci Lopes de Araújo (2011), que, pautado pelos estudos de Reinhart Koselleck (2006), buscou analisar a implementação da concepção moderna de história no Brasil durante os oitocentos, apontando como a transição entre a concepção clássica e moderna foi fragmentária. Haveria uma transição, uma troca, com receios e incertezas, do passado pelo futuro como categoria norteadora desta experiência temporal, e também da escrita destes historiadores, inaugurando os tempos modernos, marcado pela aceleração do tempo, o tempo da locomotiva, do automóvel, da capital cosmopolita.

João Vampré e Affonso de Freitas, escrevendo em um momento no qual a identidade nacional sofria uma reavaliação, se voltaram para o estudo dos costumes populares como forma de



explicar a gênese da nação e do seu povo. Alinhados às teorias científicas da época, um discurso determinista afluía afirmando como o meio e o clima tinham papel importante na definição dos costumes populares brasileiros e em suas diferenças regionais. A ligação institucional com o IHGSP também explicava tal caminho.

A emergência do bandeirante como objeto histórico e das temáticas ligadas à expansão e povoamento do interior do país no período colonial indicavam não somente mudanças na cultura histórica brasileira, mas também a reformulação desta identidade regional. Buscava-se a sobreposição da história nacional por uma versão local justificando o predomínio político e econômico de São Paulo durante a Primeira República. O bandeirante é este tipo étnico único, resultado das diferenças do meio e do clima entre a parte norte e sul da colônia e da mestiçagem entre o português e indígena, características essas que definiriam a especificidade dos costumes populares paulistas.

Dessa forma, o sertão, espaço de fuga dos costumes populares é, também, onde a nação havia sido gestada pelos bandeirantes e cujos descendentes resguardam as tradições nacionais. Na dualidade temporal/espacial constituída por Freitas, o sertão não precisava estar afastado espacialmente da capital paulista, mas poderia estar afastado temporalmente, de uma população que ainda estava ligado à tradição em oposição às mudanças modernizantes da capital. Nos escritos de Vampré e Freitas, o sertão, o interior, a periferia e os costumes populares encontravam-se com a gênese da nação nas festas, fogueiras, e cantigas da velha São Paulo.

Referências

ABUD, Katia. **O sangue intomato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares do velho São Paulo. **RIHGSP**, São Paulo, v. 21, 1916-1921.

FREITAS, Affonso A. Folia do Espírito Santo. **RIHGSP**, São Paulo, v. 23, 1923.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC/Rio, 2006.

NAXARA, Márcia Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

AO LEITOR. **RIHGSP**, São Paulo, v.1, 1895.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



VAMPRÉ, João. Factos e Festas na tradição – O S. João e a Procissão de Corpus Christi em S. Paulo. **RIHGSP**, São Paulo, v.13, 1908.

VAMPRÉ, João. Festas tradicionaes. **RIHGSP**, São Paulo, v. 6, 1900-1901.